



AgEcon SEARCH

RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.

Memórias póstumas de uma categoria em transformação: a formalização do trabalho informal

*Euler David de Siqueira*¹

Resumo

As sociedades que se estruturam tendo a venda e a compra do trabalho como dimensão central da vida social encontram-se em crise. O mercado de trabalho não é, nem pode ser, o único espaço de alocação do trabalho social sob pena de que a atividade produtora de valores de uso, reprodutora da identidade cultural e social, organizada segundo princípios outros que não os da valorização do capital, sucumba, implodindo a própria estrutura da sociedade. O crescimento do trabalho informal não é senão apenas um dos sinais mais explícitos do próprio funcionamento da atividade produtora de valor de troca quando submete e modela o trabalho antes formal agora sob uma nova forma. O trabalho informal, tornado visível por teorias que o identificavam como um conjunto de relações arcaicas ou produzidas por atores sociais irracionais, fadadas a desaparecer, é ele mesmo provocado e tornado modelo de referência a toda a forma de trabalho. O trabalho formal perde espaço e centralidade diante das inúmeras reformas trabalhistas em todo o mundo, assumindo contornos informais mas que visam tornarem-se formais. Em suma, o trabalho formal é substituído pelo trabalho informal que é o resultado dos próprios agentes econômicos racionais que instauram estratégias de fuga do quadro regulatório estatal.

Palavras-chave: trabalho formal, trabalho informal, processos de informalização, crise do poder estatal, setor terciário.

Posthumous memories of a changing category: the formalization of non-formal work activities

Abstract

Societies which structure themselves having the purchase and selling of work as the central dimension of social life find themselves in the middle of a crisis. The job market is not, and could never be, the only space of social work allocation, otherwise the activity which produces utility values, a reproducer of the cultural and social identity, organized under principles other than those of the valorization of capital, may collapse, imploding society's very own structure. The growth of non-formal work activities is but one of the most explicit signs of the functioning of the trade-value producing activity when it submits and models the formerly formal work activity now newly shaped. Informal work, made visible by theories which would formerly identify it as a group of archaic relations or as having been produced by irrational social agents, thus destined to vanish, is itself provoked and made into a reference model to all forms of work. Formal work loses some of its space and centrality due to the uncountable labor-law reformations around the world gaining informal contours, but seeking to become formal. In short, formal work is replaced by the informal kind which is the result of the rational economic agents' coming up with strategies to escape the state's regulatory proceedings.

Key words: formal work, non-formal work, non-formalizing processes, state power crisis, tertiary sector

¹ Bacharel em ciências sociais (IFCH/UERJ), Mestre e Doutor em Sociologia (IFCS/UFRJ) professor adjunto da UFJF.

1 Introdução

Ao longo de várias décadas, inúmeros fenômenos sociais tornam a esfera social do trabalho alvo de importantes reflexões. Para grande parte dos analistas sociais de cunho neoliberal, o mercado de trabalho seria o único meio de assegurar as condições de reprodução social dos indivíduos. Mas, nem todas as pessoas estão integradas aos sistemas sociais via mercado e nem podem estar. Há alternativas de socialização e reprodução da força de trabalho social ao mercado de trabalho e essas várias formas de alocação e distribuição da força de trabalho social possibilitam que se pense o trabalho para além de sua única determinação.

Ao se abordar a esfera do trabalho, há uma pluralidade de vozes, mas nem todas falam a mesma língua. Muitos ainda acreditam que o trabalho formal pode ser estendido a todos os trabalhadores de uma sociedade; outros defendem a possibilidade do pleno emprego, mesmo diante de taxas e índices de desemprego que não param de crescer em todo o mundo. Enquanto o trabalho formal se torna, cada vez mais, coisa rara para muitas pessoas em diversos países, o chamado mercado de trabalho informal, vulgarmente chamado de economia subterrânea, parece assustar a todos com um crescimento espantoso. Assim é que diversos governos lutam para que o trabalho informal seja formalizado, aumentando com isso sua base de arrecadação fiscal ao mesmo tempo em que diminuiriam as taxas de desemprego. E é aqui que parece haver problemas com conceitos e definições quando se trata do trabalho dito formal e informal. Como definir essas duas noções? Afirmando que tudo o que não é formal é, por exclusão, informal? Mas, o que acontece quando a própria noção de trabalho formal sofre mudanças e, em uma crise sem precedentes, se metamorfoseia em informal? Como manter os discursos de incorporação de imensos contingentes de trabalhadores ao mercado formal de mão-de-obra quando o seu conteúdo, agora, exhibe aspectos justamente da noção que antes lhe possibilitava definir sua identidade por oposição? Em poucas palavras, quando o trabalho informal se torna ele mesmo o modelo de trabalho formal, como sustentar políticas públicas e discursos sobre a urgência de inibir, erradicar ou formalizar a esfera do trabalho informal? É pensando em trazer alguns aspectos dessa complexa discussão que esse artigo se situa. É, portanto, tarefa central desse artigo mostrar a extrema dificuldade de se definir teoricamente o conceito do que seja “informalidade” sem relativizar o ponto de partida do pesquisador. Ao longo desse artigo, vai-se procurar trazer ao debate as considerações de vários autores que também buscam uma definição do trabalho informal, tornando ainda mais complexa e heterogênea essa tarefa. Por fim, pretende-se realizar uma pequena discussão com base nas argumentações de Claus Offe e Enzo Mingione a respeito da dimensão do trabalho classificado como informal e mesmo da crise do trabalho abstrato, produtor de valores de troca.

2 O informal como uma bandeira

Parece que uma boa forma de se iniciar um esboço acerca da noção de *informalidade* é deixar claro, a priori, a impossibilidade de se definir um conceito geral e unívoco de trabalho, economia, setor informal ou, ainda, informalidade e, mais contemporaneamente, dos chamados processos de informalização. Em outras palavras, não é possível dar uma definição formal de trabalho informal diante dos inúmeros processos que atravessam essa esfera tão cara a uma grande parte da população trabalhadora do globo. O mais adequado, ao que parece, é iniciar a argumentação adotando algumas considerações, como faz Lisa Peattie em suas perspectivas analíticas (Peattie, 1987). Ou seja, é preciso algum tipo de relativização de natureza antropológica capaz de dissolver definições conceituais unívocas que não levem em conta as particularidades dos múltiplos significados dessa esfera social. Cada vez mais, torna-se claro para muitos analistas que não há nem pode haver uma definição unívoca para a noção de trabalho informal, mas, sim,

vários sentidos. Pesquisadora de fenômenos do trabalho, a análise de Peattie¹ (1987) adota a perspectiva antropológica como forma de pensar como, para diferentes grupos de interesses, o Informal² é representado de diferentes formas a partir dos mais variados sistemas classificatórios. Os quadros referenciais que fornecem as categorias com as quais os grupamentos humanos classificam os fatos da vida são amplamente distintos. Em outras palavras, o que se entende por trabalho e, mais ainda, por trabalho informal, depende das lentes ou das grades classificatórias que usamos a fim de apreciar a realidade, atribuindo-lhe algum significado ou sentido. A noção de informal passa a ser vista como um sinal, cujo significado pode ser o mais variado possível frente às mais variadas visões dadas e atribuídas a ele³. Isto significa que os usos do Informal - já que o Informal é visto e classificado de diferentes formas por diferentes grupos sociais - adquirem distintos significados quando situados em relação a determinados elementos de uma dada estrutura simbólica. O significado de Informal passa a ser de posição, portanto, visto a partir de uma perspectiva relacional, dentro de um sistema ordenado e coerente consigo mesmo. Lisa Peatie fornece alguns exemplos importantes dessa relação simbólica. Para os radicais marxistas, por exemplo, o Informal é concebido dentro de uma visão estruturalista, articulado a partir de sua posição no interior de um determinado modo de produção. Como exemplo de tal perspectiva, pode-se utilizar a abordagem marxiana de Num⁴ (1969).

No final dos anos 1960 e início dos 70, Num (1969) mostrou como certos excedentes populacionais de vários países latino-americanos jamais seriam incorporados às relações de troca capitalistas modernas. Utilizando o instrumental analítico marxista, sobretudo os conceitos de massa marginal e superpopulação relativa para dar conta de fenômenos típicos das décadas de 1960 e 1970, o autor procura mostrar como certos excedentes populacionais teriam um papel disfuncional ou afuncional em relação ao sistema econômico capitalista. Os excedentes populacionais não seriam classificados, como se faz tradicionalmente na teoria marxiana, como Exército Industrial de Reserva, pois sua relação ao sistema seria afuncional. A idéia central aqui é a de que o sistema capitalista, ao adotar o uso intensivo de novas tecnológicas, oriundas dos processos de racionalização com fins de obtenção de ganhos econômicos, eficiência técnica e redução de custos, precisaria cada vez menos de capital variável. Nesse sentido, a dimensão que mais cresceria seria a do trabalho objetivado, trabalho morto ou cristalizado em detrimento da dimensão subjetiva do trabalho, fenômeno ressaltado por Marx ao longo de sua obra.

Por outro lado, para o pensamento liberal, a noção de trabalho informal também é vista de forma diferenciada. Visto de um ângulo neoliberal, Soto (1987) discute o informal ou a atividade informal como o resultado da ação de indivíduos portadores de um espírito empreendedor como uma qualidade natural, inata aos homens. De acordo com autor, haveria leis boas e más. As leis boas ou positivas seriam úteis aos homens e à sociedade. Já as leis más ou negativas seriam o resultado de superimposições mercantilistas, impeditivas do bom funcionamento do mercado auto-regulado. Como solução à intervenção exacerbada do Estado na economia, De Soto (1987) propõe como saída ao desemprego e à estagnação econômica ou ainda ao crescimento da informalidade, uma vasta e profunda desregulamentação e, conseqüentemente, a privatização de espaços regulados estatalmente. O objetivo seria deixar os indivíduos livres para que possam empreender, investir e produzir, contribuindo para o aumento da riqueza nacional. Nesse tipo de perspectiva, pode-se ver claramente como a regulação estatal/coletiva é encarada como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do processo econômico e produtivo. Pode-se observar uma interessante desterritorialização regulacionista do mercado, minimizando a interferência estatal. Deixem os homens agirem por si só em busca de seus interesses particulares e egoístas e a mão invisível do mercado cuidará de dividir entre todos os benefícios dessas ações. Esse é o credo liberal alardeado desde Adam Smith. A noção de informal passa a não ter um espaço/tempo necessariamente localizado e delimitado do ponto de vista cultural ou societal, pois seria um

¹ *An Idea in Good Currency and How It Grew: The Informal Sector*. 1987

² Trabalho Informal será designado, na maioria das ocasiões, como Informal.

³ Vê-se significativamente a arbitrariedade da relação simbólica - significante/significado - onde não há nenhuma relação necessária e determinística entre Informal e os significados que a ele são atribuídos.

⁴ Notadamente Maria da Conceição Tavares.

processo geral e universal, a-histórico, que poderia se dar em qualquer lugar e em qualquer tempo. Esse processo geral e universal ocorreria em qualquer tempo/lugar, uma vez que o espírito empreendedor, dado naturalmente aos homens, seria algo que brotaria espontaneamente das práticas e ações gerais dos indivíduos. A filiação de De Soto ao pensamento de autores como Hobbes, Locke e Rousseau, entre outros, é clara. De Soto (1987) constrói um modelo em que o indivíduo geral e universal, modelo esse tipicamente metafísico, aparece abstraído do quadro de relações culturais, ético-morais e históricas concretas. A categoria analítica central utilizada por De Soto é o indivíduo abstraído da sociedade e da cultura como existindo desde sempre. Hobbes, Locke e Rousseau, mais uma vez, conceberam esse homem existindo em estado de natureza, na sociedade civil e que, ao firmar um pacto ou um contrato, funda o corpo político artificial. Trata-se da noção de Sujeito que aparece nos “modernos”: um indivíduo auto-centrado, transparente, racional, consciente, que maximiza e racionaliza suas ações. A noção de informal é identificada com o geral e o universal na obra de De Soto (1987). Trata-se de uma concepção desespacializada e desterritorializada. A emergência do informal não está submetida a práticas e representações de uma sociedade concreta, constatável empiricamente. A explicação é a de que a capacidade empresarial, segundo a perspectiva de De Soto, seria um atributo natural dado aos homens, independente de aspectos históricos e culturais, logo, algo que não está circunscrito a qualquer construção social e cultural local territorializada.

A discussão que faz contrapeso à abordagem liberal, desterritorializada e desregulada, é traçada por dois autores franceses, Cornuel et al. Ambos trabalham com o pressuposto de que o trabalho informal está embebido em uma matriz de relações sociais comunitárias locais. Essas relações seriam estabelecidas a partir do sistema de laços de parentesco, reciprocidade, redistribuição e afetividade. Cornuel et al. enfatizam aspectos da territorialização de relações sociais como algo que somente pode ser construído socialmente em um espaço/local onde confiança mútua, parentesco e laços afetivos/sentimentais expressem características simbólicas que os indivíduos têm em comum. São homens que vivem em um determinado espaço construído e mantido social e simbolicamente. Nessa leitura do informal, instituições sociais, como reciprocidade e redistribuição, seriam formas sociais de trocas em que a retribuição estaria temporariamente adiada. Não haveria a troca imediata, como ocorre com as relações típicas do mercado capitalista. Reciprocidade e redistribuição estão vinculadas à localidade ou à territorialidade a partir de uma perspectiva local, base sobre a qual se ergue o mundo simbólico da vida. Isto quer dizer que as trocas nesses âmbitos sociais seriam reguladas pela convivência em comum e por arranjos sociais mediatizados por relações de confiança mútua, proximidade, parentesco e amizade. Ou seja, as relações de troca econômicas estariam sob o controle da sociedade, como se dava na maior parte das sociedades do tipo tradicionais, tema que Karl Polanyi tratou de forma abrangente no seu famoso livro *A grande transformação* (Polanyi, 1980).

Quando o Estado passa a mediar as relações de troca entre os homens, via sistema político administrativo, o faz destruindo esferas de socialização ético-morais locais. As relações de trocas mediatizadas pelo aparato estatal, como os serviços assistenciais promovidos pelo Estado do tipo previdenciário sob a forma de políticas públicas, seriam “desespacializadas” e “desterritorializadas”. O seu alcance seria geral e pretensamente universal (Habeas, 1987). Essas relações estatais de troca criariam desconfiança entre os habitantes da região por estarem interagindo com sistemas impessoais do tipo auto-regulados. Somente a coesão, característica da vivência próxima e comum, possibilitaria a retribuição. E ela não está baseada na especialização das atividades, como a prestação de serviços estatais está. Em uma ou duas palavras, territorialização/pessoalização e desterritorialização/impessoalização relacionam-se, respectivamente, com estrutura social local/reciprocidade e mobilidade social/rompimento de laços comunitários. Essas seriam, sobretudo, formas de ação societal e comunal. Seriam como esferas sociais em que as ações ou se objetivariam, sendo integradas em uma esfera sistêmica à la Habermas (1987), ou permaneceriam sendo integradas na esfera da ação social, mediadas simbolicamente ou lingüisticamente. A ação comunal não é ação social especializada, como ocorre na ação societal, mas uma ação não-especializada, difusa, pronta para ser utilizada em qualquer situação ou com todos os membros da comunidade, seja da Village ou da aldeia, objeto de análise

de Cornuel e Duriez. As trocas econômicas funcionariam como meio de assegurar a coesão social interna do grupo. Elas seriam um meio para se alcançar vários objetivos e não o próprio fim da ação. As trocas econômicas seguem uma lógica efetivamente diferente no quadro da integração social. Mais uma vez, há diferenciação entre economia e sociedade, tal como faz Karl Polanyi, ao coisificar a sociedade como algo natural e Mingione que, inversamente, naturaliza a economia. Voltaremos a essas relações mais adiante ao abordar o pensamento do autor italiano.

3 Integração, marginalidade e informalidade no mundo do trabalho

Voltando o olhar para o problema da informalidade no Brasil, as abordagens de Kovarick (1975) e Oliveira (1972), em grande medida, guardam certas semelhanças, guardadas certas proporções, à análise de Lisa Peatie. Primeiramente, procuro mostrar como Lúcio Kovarick e Francisco de Oliveira discutem os usos e entendimentos da categoria informal nas décadas de 1950, 60 e 70. Além do mais, suas abordagens críticas versam sobre a problematização do informal como lado a lado com a noção de marginalidade. O problema, para ambos os autores, estará mais relacionado à integração societal ou sistêmica do que à integração social. Em outras palavras, como se dá a integração do indivíduo ao sistema econômico. Isso significa que boa parte dos grupos, partes ou segmentos que realizavam trabalho informal, não estava englobada na chamada sociedade moderna ou na moderna empresa privada e suas relações formais de emprego. Portanto, a noção de informalidade estava colada à categoria de marginal. O trabalho informal era compreendido como o conjunto das atividades de grupos ou segmentos que estavam à margem da sociedade ou dos sistemas econômicos capitalísticos modernos urbano-industriais. Os segmentos nos quais as condições de trabalho careciam de relações modernas e, portanto, formais, eram vistos como resíduos de processos econômicos anteriores, como o sistema baseado no modelo agroexportador, tido como arcaico, herança residual do período colonial brasileiro. O elemento centralizador e condutor dos processos modernizadores vai ser o Estado. Esse processo se inicia, segundo Oliveira, com o golpe de Estado de 30, encabeçado por Vargas. Vai ser dessa forma que o Estado brasileiro será, até a década de 1980, tido como responsável pelo que se convencionou chamar de modelo desenvolvimentista estatal. Contudo, segmentos da economia privada, no começo dos anos 1980 e, sobretudo, dos 90, encaminharam pesadas críticas a esse modelo de Estado, identificando-o como o agente principal ao entrave do crescimento econômico e à livre iniciativa – essa sim geradora de empregos e desenvolvimento – única instância capaz de solucionar a crise que assola a sociedade brasileira. Segundo essa perspectiva, o Estado atuaria em setores estratégicos que impediriam a livre concorrência e o aumento de produtividade, elementos chave na geração de renda e empregos. Além disso, essa crítica aponta para políticas de desregulamentação e privatização, o que, em outras palavras, significa dizer o que o Estado terá de fazer, deixar de fazer ou ser. O Estado terá seu papel redesenhado, principalmente, por rearranjos políticos localizados na esfera da sociedade civil. O que efetivamente se propõe nesse modelo é modernizar o Estado, cujo excesso de leis era visto como um conjunto de entraves à tão propalada ingovernabilidade. O remédio receitado é amargo para alguns setores da política, enquanto doce para outros. A crítica de Kovarick (1975) e Oliveira (1972) caminha na direção de demonstrar como não havia, nem poderia haver, setores e segmentos da sociedade à margem do sistema econômico, como se pressupunha. Pelo contrário, os setores ditos não-integrados desempenhavam e ainda desempenham – para algumas correntes de pensamento, notadamente as marxistas ou as que partem de uma perspectiva sintética/totalizante/holista/sistêmica – um importante papel no processo de acumulação e valorização capitalista. Na medida em que as necessidades demandadas das populações urbanas eram satisfeitas através e, principalmente, de trabalho informal, acumulava-se ou valorizava-se o capital via extração indireta de mais-valia. É nesse sentido que se irá fazer uma importante crítica a trabalhos de economistas⁵ que vêm a

⁵ Organização Internacional do Trabalho.

sociedade como um sistema dual: de um lado os perfeitamente integrados = trabalho formal e os não integrados = trabalho informal.

Em grande medida, as teorias dualistas manifestavam a existência de duas sociedades vivendo conjuntamente. Novamente, o tema da informalidade surge associado intrinsecamente ao da marginalização ou da não-integração. A lógica do modelo desenvolvimentista girava em torno da máxima: integrar, integrar e integrar. Kovarick e Oliveira mostram, ainda, como os estudos os quais criticam, preocupavam-se em detalhar os atributos dos indivíduos que facilitam ou dificultam a integração ao sistema. Muitas outras abordagens seguirão esse ponto de vista e valorizarão perspectivas particulares/psicológicas dos indivíduos ou como essas características estariam impressas em suas personalidades de forma inata, herdadas geneticamente.

O problema da categoria de análise informal ainda se desdobra, portanto, entre os que concebem o indivíduo ou a sociedade como marginais. Kovarick (1975) e Oliveira (1972), ainda que seus textos sejam distintos quanto à forma, mas semelhantes quanto ao conteúdo, guardam particularidades em comum. Ambos chamam a atenção para o fato de que o problema não é o da integração do indivíduo ao sistema, mas da integração do sistema como um todo ordenado e coerente. Nessa discussão, há abordagens diferenciadas. O que está em jogo é uma teoria da modernização em que há um passado arcaico colonial que precisa ser substituído por um presente moderno. A primeira teoria, de direita, é encabeçada pela CEPAL, a outra, de esquerda, assumida pela Teoria da Dependência, não necessariamente a defendida por FHC.

Ainda segundo Kovarick e Oliveira, a visão cepalina tentava demonstrar como as relações comerciais internacionais seriam altamente desfavoráveis ao processo de modernização das economias latino-americanas, pois, ao se submeterem ao modelo da divisão internacional do trabalho, a qual versava que cada país deveria especializar-se naquilo que fizesse de melhor, observaram seus recursos econômicos se transferirem para os países industrializados. As economias latino-americanas, reza a cartilha liberal, como sociedades tradicionais baseadas no modelo colonial agroexportador, deveriam especializar-se na exportação de bens primários. A diferença entre as exportações e as importações seriam equilibradas em um modelo para lá de suspeito, chamado de compensatório. O modelo agroexportador, baseado na extração primitiva de mais valia, nunca propiciaria acumulação de capital suficiente capaz de promover a riqueza nacional. Ou, se quiser também, não haveria geração de capital que permitisse modernizar o país e eliminar a dependência das inversões estrangeiras. O interessante é que, nos anos 1990 fala-se novamente em modernização, mas com outros conteúdos e significados. Ao exportar produtos com baixo valor agregado e comprar mercadorias industrializadas de alto valor agregado, boa parte dos recursos que se acumulava com grandes exportações de produtos agrários acabava transferindo-se para as economias capitalistas centrais. O que a visão cepalina propõe como remédio seria a substituição e a inversão das exportações. Ou seja, modernizar sem fazer revolução. O termo melhor seria uma revolução conservadora.

Mais uma vez, tem-se a discussão de duas sociedades expressando relações sociais distintas: uma moderna e outra tradicional; subdesenvolvimento (associado ao passado colonial) X desenvolvimento (associado ao modelo das sociedades capitalistas avançadas). A categoria de marginalidade, vista a partir de modelos teóricos clássicos, centrados no mercado, como o modelo europeu, será entendida a partir da inserção dos segmentos populacionais no sistema ou na cadeia produtiva. O problema agora não é mais como integrar os indivíduos ao sistema. E por uma razão muito simples. Esses já se encontram integrados e inseridos no sistema produtivo capitalista. A análise de Oliveira (1972) enfatiza como, à esquerda ou à direita, o problema é da integração do sistema ou de suas partes. O ponto de partida é o da empresa industrial como unidade chave do sistema. Nesse modelo, o Estado intervirá deliberadamente ao patrocinar a acumulação que unifica as possíveis diferenças, pois é o comitê dos interesses burgueses. A lógica de Oliveira (1972) e Kovarick (1975) é a de que ambos encaminham suas conceptualizações centradas na lógica unitária e sintética da esfera produtiva e na localidade.

O cientista social Luis Antônio Machado da Silva⁶ vai discutir o trabalho informal em termos de uma “história das idéias e da sociologia do conhecimento” (Silva, 1993, p. 31). Segundo o pesquisador carioca, as primeiras asserções acerca da noção do trabalho informal foram produzidas no começo da década de 1960 por economistas da O.I.T⁷. Até os anos 1970/1989, os países capitalistas centrais não haviam experimentado o fenômeno do trabalho informal. A informalidade ou não ocorria nas sociedades ocidentais modernas ou simplesmente não era um fenômeno presente naquele momento nessas sociedades, acreditava-se. Em um primeiro momento, a noção de trabalho informal irá ser representada onde o desenvolvimento econômico moderno ainda não seria uma realidade efetiva e concreta. São, sobretudo, os países pobres do terceiro mundo o foco das primeiras conceptualizações acerca da noção de informalidade. De forma geral, significa classificar o informal a partir da noção de um tipo de trabalho considerado como formal.

E o que é o trabalho formal? Trabalho formal vai ser compreendido como um quadro de relações sociais que expressam relações de trabalho assalariadas não-precárias, não-casuais, estáveis, níveis elevados de produtividade, trabalho em tempo integral, direitos sociais garantidos e reconhecidos pelo Estado, direito à sindicalização, elevada remuneração, etc. Todas essas características gerariam progresso, desenvolvimento social e estabilidade aos membros de uma sociedade. O trabalho formal seria aceito e legitimado por atores coletivos como o Estado, bem como pelos demais segmentos da sociedade, como sindicatos de patrões e empregados. Essa é a noção de trabalho formal encontrada na maioria dos países capitalistas centrais até meados dos anos 1980. Trata-se de um modelo clássico a partir do qual os países do Terceiro Mundo serão classificados e que muitos teóricos latino-americanos utilizarão para analisar a América Latina.

Como a América Latina se situaria quando observada por categorias concebidas nos países de capitalismo maduro? Já haviam se passado quinze anos desde o fim da segunda Guerra Mundial e algumas áreas e regiões de países⁸ em processo de desenvolvimento ainda registravam elevadas taxas de extrema pobreza e subdesenvolvimento, mesmo após maciços investimentos de recursos financeiros de organismos como o FMI, Banco Mundial, etc. A explicação para tal situação recaía, necessariamente, sobre o tipo de trabalho ou de relações de trabalho que se opunham em relação ao trabalho formal, forma social consolidada nos países capitalistas centrais. Pelo menos assim se acreditava⁹. O principal argumento, neste tipo de construção teórica, é tomar as relações de trabalho assalariadas e formais a fim de construir a noção do trabalho informal por oposição. O informal passa a ser definido pelo o que ele não é: formal. Então, nesse primeiro momento, a noção de trabalho informal é construída como noção de informalidade. A informalidade é construída por oposição ao formal. Logo, tudo o que escapa à formalização é visto como informal. Importante também é a forma como a noção de informalidade é representada. Em geral, a noção de informalidade é classificada como espaços sociais ainda não submetidos às relações advindas do processo de modernização econômica e tecnológica. A corrida desenvolvimentista efetivamente não havia englobado todas as áreas da sociedade ou todos os indivíduos do globo. Neste tipo de análise, a informalidade é meramente um fenômeno temporal, fadada ao desaparecimento e que chegará um dia a todos. O desenvolvimento econômico constituía-se de uma tarefa a ser desempenhada, sobretudo, pelo Estado, seu principal agente indutor. Seu leque de ações deveria integrar as áreas ou regiões que ainda não haviam sido devidamente incorporados ao sistema produtivo e, conseqüentemente, ao processo de acumulação capitalista. Desse modo, bastava ao Estado desenvolver determinadas regiões, modernizando-as e o espaço subdesenvolvido desapareceria naturalmente. Em outras palavras, buscava-se substituir relações de trabalho informais por formais e inverter, desse modo, a forma de acumulação capitalista e de

⁶ África e posteriormente, segundo Machado, América Latina.

⁷ Luís Antônio Machado da Silva mostra como a CEPAL adotará a mesma perspectiva analítica para a América Latina, mesmo depois de aprimorá-la conceitualmente.

⁸ Dependendo do tipo de foco analítico, pode ser o indivíduo – individualismo metodológico, ou uma dada coletividade – holismo metodológico.

⁹ Luís Antônio Machado da Silva mostra como a CEPAL adotará a mesma perspectiva analítica para a América Latina, mesmo depois de aprimorá-la conceitualmente.

geração de recursos fiscais para o Estado. Portanto, trabalho informal, como é conceptualizado nas décadas de 1950 e 60, refere-se mais a resíduos de processos econômicos arcaicos de sistemas subdesenvolvidos enquanto as relações de trabalho assalariadas formais refletem processos econômicos modernos típicos de países desenvolvidos.

Na década de 1970, Silva (1993) argumenta que a análise econômica e social procurará mostrar que a integração ao sistema econômico não seria possível, pois o desenvolvimento tecnológico poupava mão-de-obra, produzindo desemprego tecnológico. O resultado desse tipo de modernização resultava em demissões e postos de trabalho que não iriam mais ser ocupados. Nesse sentido, não haveria como integrar todos os possuidores de força de trabalho ao sistema econômico como uma grande homogeneização das relações assalariadas do tipo formais. A discussão, nesse momento, caminhava no sentido não mais de uma integração dos possuidores de força de trabalho, mas de uma complementaridade em relação ao processo econômico. Começava-se a discutir o trabalho informal em termos dos “usos sociais do trabalho” (Silva, 1993, p. 32). Diante dessa nova perspectiva, o trabalho informal, classificado como “bens de salários” (Silva, 1993, p. 32) pelos economistas clássicos, teria como finalidade satisfazer um quadro de necessidades - entendidas aqui como a pauta básica para a reprodução material e espiritual do trabalhador - que não são atendidas pelos salários/rendas do setor formal, principalmente na América Latina, onde o emprego formal está baseado em salários achatados e de pouco valor de compra, uma vez que as mercadorias produzidas são, em sua maioria, direcionadas à exportação, ou para uma determinada fatia de consumidores capazes de pagar e de arcar com os custos de determinados produtos. É dessa forma, portanto, que o trabalho informal relaciona-se sistemicamente com o processo de acumulação capitalista: serve como forma de aliviar ou desonerar as demandas sociais por melhores salários e satisfazer necessidades de reprodução social¹⁰ dos trabalhadores menos favorecidos pela política monetária. Voltando aos anos 1970, vê-se como a extração de mais-valia indireta ocorre naqueles moldes propriamente ditos vistos acima.

Já nos anos 1980, Luis Antônio Machado discute a “virada dos anos 80” (Silva, 1993, p. 33). Machado demonstra como a ação estatal – antes vital para o desenvolvimento e a acumulação capitalista – vista por setores empresariais e mesmo estatais como interventora e reguladora da atividade econômica, impediria o pleno funcionamento de uma economia de mercado. Seriam três os fatores para tal argumentação:

Primeiro porque, como agentes econômicos diretos, as organizações estatais não são capazes de impedir a politização de suas atividades e metas, o que as torna menos eficientes que as empresas privadas. Segundo porque, como entidade reguladora, o Estado cria constrangimentos burocráticos desnecessários e às vezes paralisadores da atividade empresarial. Terceiro, porque impõe uma carga fiscal acima da capacidade das empresas privadas, provendo em troca de segurança social, serviços e infra-estrutura de baixa qualidade e sob critérios injustos. Como consequência desses fatores, segmentos da atividade produtiva passam a funcionar à revelia ou contra o quadro político-institucional que a regula. Gera-se uma economia informal (às vezes denominada de “subterrânea”), que se torna o refúgio e a “verdadeira” expressão da iniciativa privada”. (Silva, p.33: p. 1993).

Para o autor, o trabalho informal, notadamente durante as décadas anteriores à de 1980, estava associado de forma substancial à imagem do trabalhador que produz “...atividades tipicamente realizadas por produtores de valores de uso” (Silva, 1993, p. 33). Na década de 1980, o quadro referencial/conceitual é alterado, ocorrendo a mudança do referencial trabalhador para o referencial atividade empresarial. Dessa forma, pode-se falar em uma economia informal e não

¹⁰ As análises de Gershuny parecem tratar bem desta questão ao analisar como os padrões de consumo das famílias em diferentes países mudam de acordo com as variações na economia. Ou seja, de que forma as pessoas inserem-se de diferentes formas no setor produtivo, fazendo para satisfazer suas necessidades de consumo, seja apelando para auto-serviço ou serviço doméstico, tais como: fazer uso da televisão, da máquina de lavar-roupas, do videocassete, etc. No entanto, as análises de Gershuny tomam a economia como um todo e como o centro da análise.

mais em trabalho informal. A diferença mostrada aqui é a da mudança da argumentação antes centrada nos atores sociais que produzem trabalho para a dos atores sociais que utilizam trabalho e, ainda mais, utilizam trabalho abstrato, produtor de mais-valia ou de valor de troca. Se antes o trabalho formal era visto como normal e jamais sujeito a sofrer qualquer tipo de precarização - pois era resultado do desenvolvimento econômico, legitimado e sustentado pelos empregadores e pelo Estado e, mais ainda, dava as coordenadas para se definir o que era informal - a análise tendia a recair sobre os que produziam trabalho concreto ou valores de uso, ficando o trabalho abstrato, trabalho em geral ou compra de força de trabalho, circunscrito à noção de formalidade. Dessa forma, o trabalho concreto era construído em cima e por oposição ao trabalho formal, assalariado, estável, em tempo integral, institucionalmente garantido e regulado pelo Estado, baseado na compra de força de trabalho. Enquanto o trabalho formal era visto como o resultado da atividade econômica empresarial, o trabalho informal era entendido como fruto de ações de trabalhadores ou de estruturas arcaicas coloniais. Vai ser a partir dos anos 1980 que o próprio trabalho informal ganha o mesmo status das ações empresariais do trabalho formal. A iniciativa privada está agora no que se chama de economia subterrânea. Silva (1993) mostra como até o que se pensava ser intocável, ou seja, o trabalho assalariado formal, definido legalmente, é visto como passível de ser informalizado e mais, sujeito à informalização. Assim, o trabalho formal, assalariado, de tempo integral, socialmente segurado, estável, centrado na produção de valor de troca, não pode fornecer o quadro para se definir o informal, pois ele mesmo, em alguns casos, já se torna informal. Significa falar que o trabalho formal pode ser precarizado, sujeito a uma série de situações que o tornem instável e que o deixem sujeito ao não cumprimento de direitos sociais, por exemplo. Em outras palavras, o trabalho formal começa a se aproximar de relações tipicamente informais. Finalmente, ao longo dos anos 1980, já é possível falar em processos de informalização com toda segurança. A regulação estatal do trabalho, vista antes, durante várias abordagens teóricas, como formais, começa a experimentar o fenômeno crescente da informalização. Segundo Silva,

“é possível dizer que a noção de economia informal surge em conexão com uma multiplicidade de fenômenos reais que, em síntese, poderiam ser denominados de “processo de informalização” da esfera política, que afeta os requisitos institucionais da atividade econômica, em particular a regulação do trabalho” (Silva, 1993: p. 34).

A noção de informal e todas suas categorias, precarização, instabilidade e casualidade acabam por invadir as esferas de trabalho amplamente formalizadas. É dessa forma que não se pode falar mais do informal como informalidade, conquanto não se trata mais de um espaço que deve ser formalizado. Muito pelo contrário. É um processo que está sujeito a ocorrer em qualquer esfera, principalmente naquela que dava a tônica do trabalho formal: a esfera estatal que regula o trabalho. Por isso, Silva vai argumentar em termos de uma informalização da esfera política, afetando notadamente a regulação do trabalho (Silva, 1993: p. 34). O significado desse movimento, do ponto de vista concreto, é que setores da força de trabalho social antes submetidos a relações formais de trabalho podem ser submetidos a condições informais. Não se trata mais de um espaço ou esfera social que, uma vez formal, nunca iria submeter-se à informalidade. Então, atividades econômicas as mais variadas podem sofrer este tipo de processo, seja pela ação da iniciativa privada, que busca se opor ao quadro regulacionista estatal, seja como forma de reduzir custos, aumentar a produtividade e a competitividade, buscando garantir estratégias que assegurem autonomia à ação dos sindicatos.

O conjunto da classe trabalhadora, sobretudo dos países capitalistas centrais, centrada em relações de trabalho formal, classificada como uma esfera rígida pela iniciativa privada, experimenta agora uma série de situações que precarizam seus empregos e suas formas de vida. Evidentemente, apenas uma pequena parcela em condições de trabalho, chamada por Borges & Druke (1993) de “relações trabalho de normais” - ou RTN - encontra-se nesta situação. Contudo, a maioria dos trabalhadores brasileiros há muito enfrenta relações de trabalho anormais. Uma das formas de precarizar as condições de trabalho ainda formais é não pagar ou pagar menos impostos, não assumindo encargos trabalhistas. O objetivo é, em casos de crise econômica, poder

dispensar a mão-de-obra muito mais facilmente sem custos onerosos para o empregador. Com o aprofundamento da discussão, hoje, da flexibilização da legislação trabalhista como forma de reverter o quadro de desemprego crescente, caminha-se para a formalização das condições informais, reduzindo com isso uma série de encargos sociais e garantias que de maneira nenhuma oneram os gastos, pelo menos no Brasil, com a força de trabalho. Ademais, o processo de subcontratação, externalização e desverticalização de certos setores produtivos, chamado também de terceirização, cresce como fenômeno característico da precarização¹¹ das condições de trabalho, sobretudo no começo dos anos 1990.

As análises de Borges & Druke (1993) demonstram como a crise do modelo fordista estaria associada a uma nova etapa da acumulação capitalista flexível, baseada na exclusão de milhões de trabalhadores e na globalização da economia. Uma parcela considerável dos empregos formais seria transformada em empregos precários no momento em que deixam de ser realizados pela empresa mãe e passam a ser realizados pelas terceiras. Os salários diminuiriam assim como as garantias trabalhistas e sociais. Não obstante, na tentativa de se maximizar o uso do trabalho terceirizado, deixar-se-ia de cumprir o papel chave da natureza dos serviços: assegurar a normalidade da atividade produtiva e das condições a elas ligadas, como a normalidade das formas certificadoras do setor produtivo. Crescem os riscos de acidentes nas empresas e, uma vez ausente o componente de acautelamento dos serviços, os riscos podem ser divididos com parcelas inteiras da população que residem próximas a áreas industriais.

Mas, nem sempre a informalidade é sinônimo de precariedade. A subcontratação pode assumir situações as mais distintas. Na região italiana da Emília Romana¹², Emílio Capecchi (1990) mostra como, historicamente, se produziu um setor informal de crescimento. O setor informal aqui baseia-se na atividade proto-industrial de famílias que possuíam uma pequena propriedade de terra. Nessa esfera produtiva familiar, as esposas desenvolviam uma pequena atividade fabril enquanto os maridos se inseriram em espaços de trabalho mais formais até o momento de se dedicarem inteiramente à atividade proto-industrial junto com suas esposas. Nesse momento, produziu-se bem-estar e prosperidade econômica. Mas Capecchi (1990) também mostra a emergência do informal de subsistência, cujas relações se caracterizavam pelo grande latifúndio ao mesmo tempo em que as famílias não tinham a propriedade de nenhuma terra. A partir dessas outras experiências, pode-se ver como o informal, pelo menos em países capitalistas centrais, como o caso da Terceira Itália, pode ser bem sucedido, pelo menos em alguns casos. Isso permite romper com visões mais apressadas e rasteiras que vêem o informal como portador de uma lógica quase sempre negativa. Hoje, a análise teórica tem como elementos de problematização a fragmentação da classe trabalhadora e o processo de globalização, ambos os problemas tratados por Mingione (1991) e Offe (1994).

¹¹ Por exemplo, uma empresa deixa de realizar certo tipo de atividade, sobretudo atividades ligadas aos serviços, ou mesmo etapas da produção, contratando o mesmo tipo de serviço ou atividade produtiva de uma empresa subcontratada chamada de terceira. Dessa forma, a empresa subcontratante pode assumir os encargos trabalhistas, impostos, normas de segurança, treinamento da força de trabalho e, no caso dos serviços, da baixa capacidade de racionalização estruturalmente definidora dos serviços, de maneira geral. A empresa subcontratadora livra-se dos riscos e da deficiência de racionalização dos serviços e acaba por flexibilizar parte de sua unidade produtiva, podendo, em tempos de crises, demitir ou contratar força de trabalho sem que tenha de arcar com qualquer custo adicional ao seu capital de giro. O importante é que a responsabilidade é inteiramente assumida pela empresa subcontratada, o que piora as chances dos trabalhadores terem seus direitos reconhecidos e assegurados.

¹² Na Emília Romana, o partido comunista italiano tem uma presença muito forte desde a Segunda Guerra Mundial. A cultura da região proporcionou condições para que uma atividade industrial baseada em pequenas empresas pudesse ter todas as condições de crescer, como creches, apoio ao pequeno empresário, etc. Não obstante, na Emília Romana, ocorreu um processo de especialização voltado especificamente para atender a empresas localizadas em outras regiões, como Módena. Soma-se a isso a característica da "cumplicidade", em que uma pessoa submete-se a condições de trabalho informal mas "aprende" todo o processo produtivo e especializa-se em uma parte dele, oferecendo seus serviços montando uma verdadeira cadeia de empresas subcontratadas.

4 A crise da sociedade do trabalho... abstrato

Até o momento, todas as discussões realizadas expressam, de uma forma ou de outra, o trabalho informal como o centro de suas problematizações. Offe (1984) discute os limites de uma sociedade univocamente organizada e estruturada a partir do mercado de trabalho produtor de mais-valia ou valor de troca. Já Mingione (1991) aborda a fragmentação e a pulverização da sociedade do trabalho abstrato com base no conceito denominado de *socialization mix*s. Mingione desenvolve uma abordagem centrada na intensa fragmentação e pulverização das formas de sociabilidade em vez de vê-la estruturada apenas por uma única forma de sociabilidade, nomeadamente a do mercado de trabalho.

Para Mingione (1991) & Offe (1991), existe uma diferença de pressupostos epistemológicos que torna difícil a intercomunicabilidade entre ambas as teorias. No entanto, suas teorias possuem alguns pontos específicos que se tocam. Apesar de ambos estarem falando dos limites do centramento do mercado de trabalho, há diferenças significativas em suas análises.

Sociólogo italiano, Mingione (1991) toma como pressuposto central, em sua análise da sociedade contemporânea, a idéia de que o mercado de trabalho, baseado no assalariamento, não é a única forma de sociabilidade criada pelos homens. O autor realiza uma crítica ao paradigma do mercado auto-regulado, construindo sua concepção a partir de elementos já desenvolvidos por Karl Polanyi (1980). Segundo Polanyi (1980), para que o mercado auto-regulado pudesse se constituir, os homens tiveram de destruir dois outros processos de troca ou comunicação: as instituições sociais chamadas de reciprocidade e redistribuição. O primeiro tipo de sociabilidade funciona quando um serviço ou um bem é dado a uma outra pessoa sem que haja uma contrádiva imediata. Há, portanto, uma circulação de serviços ou bens em uma dada comunidade até que ao final de uma cadeia de dádivas e contra-dádivas, prestações e contraprestações, a primeira dádiva retorne ao primeiro indivíduo que fez a doação. A segunda forma de sociabilidade opera nos moldes do *potlach* melanésio, sistemas de prestações do tipo totais brilhantemente analisados por Mauss em 1920 (Mauss, 1974). Durante um determinado período do ano, acumulam-se bens que serão redistribuídos em cerimônias totais (religiosas, econômicas, políticas, técnicas, mágicas, etc.) específicas. Por sua vez, a cada nova cerimônia ou festa, um concorrente tentará superar a dádiva do primeiro, promovendo uma destruição suntuosa de bens e mercadorias sempre em maiores quantidades que o anterior. Ao conceber o mercado auto-regulado como uma criação histórica dos homens, Polanyi (1980) naturaliza as outras duas formas de troca ou de sociabilidade. O importante é frisar que ambas as formas de trocas são construídas socialmente. Nenhuma delas seria natural em oposição ao mercado, visto como uma criação artificial dos homens. O que para Polanyi seria uma construção histórica, o mercado, para os liberais seria algo natural e que brota espontaneamente da natureza interior dos homens. Essa visão se aproxima sobremaneira da teoria liberal defendida por De Soto (1989).

Um dos pontos centrais na análise de Mingione (1991) é o uso do conceito de *socialization mix*s a fim de mostrar que há algo a mais do que simplesmente o mercado de trabalho possibilitando a reprodutibilidade social e simbólica dos homens. Mingione (1991) contesta, em todos os níveis, a idéia de que a disseminação de uma sociedade industrial atingiria necessariamente todos os países do globo ou mesmo todo uma nação. Segundo Mingione (1991), o processo de industrialização e assalariamento não estaria ocorrendo tal como o previsto por alguns teóricos liberais. O autor trata de sociedades fragmentadas e de um padrão de unificação ou de integração misto. Contudo, ao fazer tal asserção, coloca em cheque mesmo o que acabou de defender. Ou seja, de que haveria um princípio de integração baseado na fragmentação. Em Mingione (1991), a sociedade de fato se integra, só que via fragmentação. Mingione comete algumas falhas não tão graves, tais como caracterizar todas as sociedades industriais como seguindo ou sendo somente de um tipo. Ou seja, essas sociedades seriam estruturadas a partir de mercados auto-regulados. Em outras palavras, o padrão de reprodução social se daria via mercado auto-regulado. Há sociedades que se organizam a partir de padrões via mercado auto-regulado e

outras, como América Latina e África, por padrões diferenciados, distintos daqueles centrados na lógica dos mercados auto-regulados. O ponto importante é o de que o misto de socialização ou de formas de sociabilidade se altera. Ele não é um padrão único. Finalizando, Mingione (1991) associa diferentes formas mistas de socialização e reprodução social. Ele mostra como seria, a partir das unidades familiares, estruturadas não em um, mas em várias combinações de modos de sociabilidade, que cada uma dessas famílias acabaria se transformando em uma parte diferente do sistema, pois as combinações de unidades domésticas, no mínimo, serão infinitas. É justamente aí que residem a fragmentação e a pulverização das sociedades: diferentes rearranjos de inserção social a partir dos diferentes tipo de sociabilidade ou das diferentes formas de socialização.

Já para o sociólogo alemão Claus Offe, a preocupação central de sua obra é como a sociologia clássica pode ser contemporaneizada. Marx, Weber e Durkheim construíram suas concepções acerca das sociedades ocidentais modernas centradas a partir da categoria trabalho, ainda que sob a orientação de pressupostos ontológicos, metodológicos e epistemológicos os mais divergentes. Para Marx, seu modelo era o de uma sociedade centrada nas dinâmicas da estrutura econômica como elemento determinante das demais esferas da vida social, ainda que ele aplicasse a noção de dialética entre o que chamou de infra e superestrutura. Já para Durkheim, a sociedade moderna se constituiria através da divisão social do trabalho cuja divisão das tarefas aumentaria a solidariedade (do tipo orgânica), pois a interdependência dos indivíduos entre si seria muito maior, ocorrendo ao nível sistêmico, ao mesmo tempo em que o indivíduo encontraria seu lugar na sociedade, conformando-se a ele. Ou seja, se teria um individualismo moral. Já Weber concebe uma sociedade capitalista ocidental erguida a partir da ação ascética religiosa dos protestantes puritanos como seguindo um rigoroso código ético que resultaria, não-intencionalmente, em um tipo específico de capitalismo que só se manifestou no Ocidente. Com o passar do tempo e o processo de racionalização da ação, haveria um descolamento dos fins religiosos da ação para o tipo de ação racional com base na racionalidade técnico-econômica. Offe (1994) assinala como os clássicos da sociologia, ao fazerem suas predições de uma sociedade centrada no trabalho, acabam por ter suas teorias verificadas à luz de um contra-exemplo. O trabalho, produtor de mais-valia, não seria a única forma dos homens produzirem a sua auto-imagem, de se verem e identificar no mundo, assim como de programar seus conflitos e seu futuro. Ao longo de sua análise, Offe (1984) dá inúmeros exemplos do aumento das pesquisas empíricas na área social em que o trabalho puro apenas aparece como mais uma dentre tantas outras variáveis capazes de organizarem as ações dos homens. Offe afirma que o fato de alguém, hoje em dia, ser um trabalhador assalariado dependente não quer dizer que sua consciência e ação social sejam determinadas por essa dimensão da vida social. Toda sociedade tem de reproduzir-se, isto é, manter seus membros vivos. E, para isso, é preciso interagir com a natureza. Mas também os homens interagem entre si dentro de formas que lhes são dadas por seus antecessores. A sociedade do trabalho faz isso por meio dos mecanismos de reconhecimento de posições sociais. O importante é frisar que o trabalho assalariado não é a única forma de se assegurar a reprodutibilidade do trabalhador, nem de alguém ser reconhecido socialmente, pois as relações domésticas, por exemplo, podem manter os homens vivos sem que se recorra a relações de troca capitalistas.

Offe (1994) pergunta: até que ponto a sociedade ainda estará centrada na categoria chave de análise *trabalho*? O autor demonstra haver um descentramento da estrutura da sociedade pelo trabalho autonomizado, produtor de valor de uso. As demais esferas da vida social estariam autonomizando-se da categoria chave central trabalho produtor de valor de troca. A categoria chave trabalho em sua dimensão produtora de valor de troca não seria explicativa de diversos fenômenos sociais observados hodiernamente. Uma determinada parte dos trabalhadores em serviços reivindicariam, por exemplo, mudanças na forma como os agentes poluentes oriundos da atividade industrial afetariam a natureza e o homem. A crença de que a racionalidade econômica e técnica trazem progresso social seria fruto de pontos de vista construídos externamente ao mundo do trabalho. Segundo Offe (1994), isso somente foi possível pela segmentação da classe trabalhadora. A segmentação entre setor produtivo, baseada na compra de tempo de trabalho abstrato e o setor de serviços, e na compra de trabalho concreto, mesmo estando sob o mesmo

manto formal de relações trabalhistas do mercado de trabalho, obedeceriam a naturezas distintas. Os trabalhadores em serviços construiriam sua auto-imagem de forma diferenciada dos demais trabalhadores do setor produtivo. Dessa forma, variáveis, como sexo, raça, etnia, religião, moral, política, local de moradia, podem influenciar no próprio modo de como o trabalho e os homens se vêem, agem, pensam e sentem. Não haveria mais interesses comuns no que se refere à esfera do trabalho, mas interesses diversificados.

A diferenciação da classe trabalhadora, com a divisão entre trabalho em serviços e trabalho produtivo, foge à questão tradicional: como articular um grupo de trabalhadores como classe que reivindica melhores salários a partir do aumento de produtividade e outros que vêem esse aumento como algo pernicioso ao conjunto do meio ambiente ou do uso de sua própria força de trabalho? Conforme Offe (1994), o trabalho no setor produtivo, produtor de mais-valia, não tende a se universalizar e nem poderia, contrariando a maior parte das teorias marxistas e da economia clássica. Haveria, ao contrário, uma tendência permanente e estrutural de desmercantilização da força de trabalho, cabendo ao Estado um papel chave de manter o mercado em funcionamento, dando corda no relógio de tempos em tempos nessa espécie de relógio. Mas entre o trabalho em serviços e o produtivo, produz-se um diferencial qualitativo e estrutural insuperável. De um ponto de vista formal, ou seja, a forma de relação social dos serviços como contrato assalariado encobre sua verdadeira natureza. Trata-se de uma natureza que está descentrada do princípio de integração produtiva.

Offe (1994) também se vale das concepções de Karl Polanyi a fim de mostrar como o mercado livre auto-regulado seria o resultado de mecanismos exteriores ao próprio funcionamento interno do mercado. Terra, dinheiro e força de trabalho seriam, portanto, mercadorias fictícias. Isso demonstra que não há uma categoria abstrata, pura, padrão de empregabilidade, determinadora das demais dimensões da vida social. É justamente o regulamento externo, via de regra, que pode determinar a consciência e a ação social e não o contrário. Isto quer dizer que, para que um padrão fosse criado, seria preciso que as demais dimensões da vida social ficassem de fora. Ou seja, seria preciso regular e precarizar a fim de formar o informal como formal. A partir de Offe (1994), o capitalismo teve de criar toda uma série de impedimentos à reprodução dos indivíduos fora do mercado de trabalho, como destruir formas de produção domésticas e de acesso a terras particulares como forma de impedir sua própria ruína.

As diferenças entre Mingione (1991) e Offe (1994) poderiam ser sintetizadas da seguinte forma: para o primeiro, a fragmentação da sociedade seria originada pelo comportamento das trajetórias individuais das famílias, que produzem infinitos arranjos mistos. E aqui não haveria a interferência do Estado. Já para o segundo, haveria uma polarização entre duas lógicas distintas que se contrapõem de forma insuperável, pois a fragmentação da classe trabalhadora seria causada pelo funcionamento do mecanismo sistêmico do próprio mercado. Contudo, caberia ao Estado equilibrar o sistema mantendo a produção e a extração de mais-valia. A fragmentação de Mingione não teria um centro claro e definido, pois fragmentação/pulverização pressupõe um não-centramento. Em Offe (1994), também não há centro, muito menos pulverização. Há polarização entre a lógica dos serviços e a produtiva. A grande questão da diferenciação, segmentação e heterogeneização em Offe estaria ligada à forma como os produtores de serviços encontram-se estruturados internamente por uma racionalidade própria, relativa ao uso do trabalho concreto que irão realizar para manter a ordem e a normalidade do setor produtivo de mais-valia. O que o setor secundário e terciário teriam em comum seria o fato de formalmente, apenas formalmente, serem estruturados por uma racionalidade com fins a eficiência técnica e econômica (ação instrumental). Algo similar ao que aconteceria quando Habermas (1987) defende a idéia que os sistemas auto-regulados fazem com o mundo da vida. No entanto, o setor secundário é estruturado formalmente - externamente e internamente - por uma mesma racionalidade, enquanto o setor de serviços seria estruturado somente por essa lógica do ponto de vista externo. Internamente, sua racionalidade é relativa ao uso do trabalho concreto que realiza¹³.

¹³ É importante observar que quando o trabalho assalariado dependente cresce, ele se diferencia internamente. São necessárias diferentes formas de uso de trabalho concreto a fim de criar mecanismos de ordem e normalidade para o setor

A racionalidade que estrutura o setor de serviços é de outra natureza que a do setor secundário. Logo, o crescimento do setor secundário pode ser visto por muitos como não capaz de criar desenvolvimento e progresso social, pois a forma como os sujeitos constroem sua autoimagem se dá de forma totalmente diferente do setor produtivo que incorpora ganhos salariais e aumentos de produtividade. Para efeitos de comparação, Offe constrói a heterogeneidade a partir de uma racionalidade sistêmica, não pulverizando a sociedade como faz Mingione (1991). Este, por sua vez, coloca no mesmo plano do mercado tanto o trabalho produtor de valor de troca quanto o produtor de valor de uso. Quando Offe (1994) demonstra a heterogeneidade social como lógicas diferentes do trabalho que estruturam a consciência e a ação social, o faz a partir da distinção entre o trabalho produtor de valores de uso e o trabalho produtor de valores de troca. Assim, pode-se perguntar até que ponto ser um empregado assalariado ainda é significativo à formação de uma consciência comum de classe? O fato de dois trabalhadores estarem empregados na mesma firma, mas realizarem tarefas de naturezas distintas, que os estruturam de maneira distinta - trabalho abstrato x trabalho concreto - não garante que ideologicamente ou subjetivamente perceberão a realidade da mesma forma, pois suas categorias com as quais dialogam com o outro são distintas.

5 Considerações finais

O trabalho passou por distintas metamorfoses desde o final do século XIX. Nos dias de hoje, se tornaram fluidas e indeterminadas as noções clássicas de trabalho formal e informal, usadas para classificar determinadas formas de relações sociais de trabalho. Atualmente, o trabalho formal sofre um processo acelerado de informalização e precarização. Em parte, esse fenômeno é produzido por políticas liberais-conservadoras que têm como principal objetivo remercantilizar espaços sociais antes protegidos ou mantidos à margem das trocas econômicas capitalistas. Análises como as dos clássicos da sociologia, Marx, Weber e Durkheim, que ressaltavam as sociedades Ocidentais modernas como centradas em um tipo específico de racionalidade do trabalho não estavam erradas, apenas tiveram maior contato, na fase de consolidação do capitalismo, com somente um tipo de racionalidade organizadora da vida social: a técnico-econômica, instrumental, baseada no trabalho produtor de mais valia. O setor de serviços ainda se mostrava muito pouco desenvolvido em fins do século XIX. Em função disso, os conflitos trabalhistas eram tão freqüentes, ainda que a função dos serviços não sejam unicamente amenizar os conflitos sociais. Os clássicos da sociologia, portanto, somente tiveram contato com um tipo de racionalidade que estruturava a sociedade e ela parecia única naquele momento. O debate atual, ao contrário daquele vivenciado pelos clássicos, opera com categorias do tipo fragmentação e segmentação, dando grande visibilidade a fenômenos sociais inteiramente distintos daqueles observados ou teorizados pelos clássicos. Mesmo nos primeiros momentos da Revolução Industrial, não se podia dizer que havia uma centralidade tão acentuada da sociedade a reger todas as atividades do trabalho social. Os interesses eram divergentes e a formação de uma identidade coletiva não ocorreu de forma tão clara, como pode transparecer em grande parte da literatura sociológica do século XX. Mais do que um resíduo histórico arcaico entranhado em sociedades em processo de modernização, o trabalho informal é o resultado direto de ações econômicas avançadas. A noção de trabalho formal, antes tida como lugar comum a que todas as sociedades tradicionais um dia deveriam alcançar, agora se resume a um conjunto de garantias trabalhistas destinadas a uns poucos grupos de trabalhadores, em geral, localizados nas principais economias capitalistas.

secundário. O resultado é uma heterogeneidade sempre crescente no setor de serviços, pois, cada vez mais, o uso de trabalho concreto é requerido para as situações de controle do processo de diferenciação do trabalho assalariado produtor de valor de troca.

6 Referências bibliográficas

- BORGES, A.; DRUCK, M. G. Crise global, terceirização e a exclusão do mundo do trabalho. **Caderno CRH 19**, Bahia, p. 22-45, jul./dez. 1993.
- CAPECCHI, V. La economía informal y desarrollo de la especialización flexible en Emilia Romagna. In: Portes, A. (Ed.) **La economía informal en los países desarrollados y en los menos avanzados**. Buenos Aires: Planeta Política y Sociedad, 1990.
- CORNUEL, D.; DURIEZ, B. et al. Local exchange and state intervention. In: **Beyond Employment**. p. 165-188.
- DE SOTO, H. **Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1987. p.189-336.
- GERSHUNY, J. I. El papel de la economía informal en la sociedad postindustrial. In: Sanchis, e.; Miñana, J. (Orgs.). **La Otra Economía** - Trabajo Negro y sector informal. Espanha: Edición Alfons El Magnanim, 1988, p. 169-188.
- HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Tomo II. Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987.
- KOVARIK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p.13-123.
- MAUSS, . Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Epu/edusp, 1974. p. 37-178.
- MINGIONE, E. **Fragmented societies: a sociology of economic life beyond the market paradigm**. England: Basil Blackwell, Oxford and Cambridge, 1991. p. 1-260.
- NUM, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. In: **Revista Latinoamericana de Sociología**. v. 5, n. 2, p. 178-235, jul. 1969.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. 2 ed. São Paulo: Ed., 1994.
- OFFE, C. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1991a, v.1, (Coleção Biblioteca Tempo Universitário, 89).
- OFFE, C. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1991b, v.2, (Coleção Biblioteca Tempo Universitário, 89).
- OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Estudos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 1972. p. 3-82 (Estudos CEBRAP, n.2).
- PEATTIE, L. An idea in good currency and how it grew: the informal sector. **World Development**. v.15 n. 17, p. 851-860, julho, 1987.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SILVA, L. A. M. da. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 269, p. 31-34, maio/Jun.1993.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ARTIGO

Recebido em: 11/09/03

Aprovado em: 02/09/04